

archive.today
captura de webpagesSalvo de <https://diariodocomercio.com.br/legislacao/consumo-cigarros-ilegais-atinge-r>
não há outros snapshots dessa url

busca

11 Nov 2024

Todos os snapshots do domínio diariodocomercio.com.br

Webpage

Screenshot

compartilhar

baixar zip

report error or d

BUSCAR

LOGIN

ANUNCIE

**Diário do
Comércio**[Últimas Notícias](#)[Economia](#)[Negócios](#)[Agronegócio](#)[Legislação](#)[Publicidade](#)

Publicidade

Legislação

Consumo de cigarros ilegais atinge o menor nível dos últimos 12 anos

04 de novembro de 2024 • 20:31

Aumento do imposto incidente sobre o tabaco pode impulsionar o mercado clandestino no Brasil, alerta o FNCP**Marcelo Toledo**
Folhapress

Ouça a Rádio de Minas:



Participe do nosso canal no Whatsapp

Participe do nosso grupo no Telegram

Este site usa cookies para garantir que você receba a melhor experiência possível. [Saber mais](#)

Aceitar



O mercado ilegal de cigarros corresponde atualmente a 32% do consumo brasileiro, o menor índice registrado desde o início do levantamento, em 2013, enquanto o setor legalizado responde por 68% do uso de tabaco | Crédito: Marcos Santos / USP Imagens

Ribeirão Preto (SP) – O consumo de cigarros ilegais no País, principalmente os produzidos no Paraguai, atingiu em 2024 o menor índice dos últimos 12 anos, mas mudanças tributárias no tabaco podem fazer esse mercado clandestino voltar a crescer, segundo o setor.

Uma pesquisa feita pelo Ipec encomendada pelo [Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade \(FNCP\)](#) mostrou que o mercado ilegal representa atualmente 32% do consumo brasileiro, ante os 68% do setor legalizado. É o menor índice desde o

COLONISTAS

Capitalismo Conscie
**Como conectar
talentos ao futur
sustentável**

ESPECIAL

**Mulheres que inspiram é ter
Podcast Mercado & Finança
com a diretora do Inhotim,
Luciana Zanini**

início do levantamento, em 2013, e mostra redução significativa desde o ápice, em 2019.

Naquele ano, o mercado ilegal representava 57%, ante os 43% do setor formal. No ano passado, o índice já havia recuado para 41%, até chegar ao patamar verificado agora.

A avaliação do FNCP é a de que o resultado é fruto do equilíbrio e previsibilidade tributária que vigoraram nos últimos anos, do aumento das ações de fiscalização e da redução da diferença de preço entre o cigarro legal e o ilegal. Por isso, decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é visto como algo que pode reverter a tendência positiva.

Publicidade

Por meio do Decreto 12.127, de 31 de julho, o governo federal alterou a partir da última sexta-feira (1º) a alíquota do maço ou box de cigarros de R\$ 1,50, que estava em vigor desde dezembro de 2016, para R\$ 2,25.

O mesmo decreto estabeleceu, a partir de 1º de setembro, o valor mínimo de R\$ 6,50 para o maço ou box de cigarros, que estava congelado em R\$ 5 também desde 2016.

Acordo internacional

Devido ao congelamento de quase oito anos na alíquota, o reajuste da tributação do tabaco era defendida por integrantes da equipe econômica, e um argumento usado para embasar a alta foi o de que o Brasil é signatário de um acordo internacional que fixa obrigação de aumento de preços para desincentivar o consumo do cigarro.

Publicidade

“A previsibilidade dá uma segurança, por conta de as estruturas se consolidarem. Essa estabilidade (desde 2016) acomodou o mercado a níveis elevados de tributos. É sempre bom ressaltar isso. Não é que se acomodou num nível baixo, a tributação é elevada. A preocupação é que voltemos a patamares impensáveis (de ilegalidade)”, disse o presidente do FNCP, Edson Vismona.

A avaliação do executivo é que os ajustes na tributação ampliem a diferença de preço entre os produtos legalizados e contrabandeados e faça com que os cigarros paraguaios voltem a ganhar força no mercado nacional.

De acordo com ele, a consequência direta será a queda na arrecadação fiscal do Brasil com o avanço do mercado ilegal.

“Depois do aumento de ICMS e de IPI em 2016, começou a elevação da participação do contrabandeado, até chegar ao topo, em 2019. Com a pandemia, o controle ficou mais fácil em estradas, caminhões, teve lockdown de fábricas no Brasil e no Paraguai e, a partir disso, começou a ter uma queda. Isso coincidiu também com as operações de repressão nas fronteiras. O receio agora é de regressão”, disse Vismona.

Publicidade

Receba novidades por mail

Ao preencher e enviar o formulário, você c
com a nossa Política de Privacidade e Ter
Uso.

Três das dez marcas de cigarros mais consumidas no País são ilegais, sendo duas produzidas no Paraguai -Eight, terceira colocada, e Gift, oitava- e uma no próprio Brasil, que falsifica a Gift para atrair consumidores de cigarros baratos. É a décima marca mais vendida no Brasil.

Receita faz apreensão de R\$ 23 milhões

Na quinta-feira (31), a Receita Federal anunciou em Foz do Iguaçu (PR) que foram apreendidos R\$ 23 milhões em cargas de cigarros e cigarros eletrônicos durante a Operação Fronteira, feita em parceria com órgãos como a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

No total, as apreensões alcançaram R\$ 130 milhões em produtos, sendo R\$ 78 milhões em mercadorias ilegais e R\$ 52 milhões em drogas.

Publicidade

A operação apreendeu 228 veículos usados para o transporte dos itens apreendidos e 18 pessoas foram presas em flagrante em nove estados -Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

“Com a retirada de produtos ilegais de circulação, a Receita Federal protege a indústria nacional, combate a concorrência desleal e garante a segurança e saúde da população, retirando de circulação produtos como armas, drogas e outras mercadorias nocivas à sociedade”, disse no evento em Foz do Iguaçu o secretário-especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas.

A operação foi encerrada com a chegada de um comboio composto por 14 carretas transportando 6 milhões de cigarros e 170 mil cigarros eletrônicos apreendidos pela Receita Federal.

Só no Paraná, principal porta de entrada para os cigarros provenientes do Paraguai, foram apreendidos pela PRF 25,6 milhões de maços neste ano, o equivalente a 49,4% dos 51,8 milhões de todo o País.

Publicidade

“Trata-se de um crime de alta rentabilidade para as quadrilhas envolvidas, e que resulta em uma evasão fiscal bilionária para os cofres públicos no Brasil”, disse o superintendente da PRF no Paraná, Fernando Cesar de Oliveira.

Segundo ele, a corporação tem recebido investimentos crescentes nas áreas de inteligência e tecnologia para aperfeiçoar o combate a crimes como o contrabando e o tráfico de drogas, além da integração com outros órgãos de segurança.

O crime de contrabando tem pena prevista de dois a cinco anos de prisão.

#brasil

#cigarro

#cigarros

#fumo

#legislação

